

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas do

CREDIBEL

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
- VEÍCULOS E INSS
CNPJ: 07.675.392/0001-38

Patrimônio Total do Fundo
R\$ 25.000.000,00

**DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 700 QUOTAS SENIORES
NO VALOR TOTAL DE
R\$ 17.500.000,00**

CVM nº 97-3

Registro na CVM: Ofício/CVM/SRE/Nº 2.364/2005, concedido em 13 de dezembro de 2005

LF Rating : AAA

A data deste Prospecto é 23 de março de 2006.

Emissão de 700 (setecentas) Quotas Seniores do CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - VEÍCULOS E INSS ("Fundo") constituído de acordo com a Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("Resolução 2.907/01") e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução CVM 356/01"), conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003 ("Instrução CVM 393/03"), e administrado por MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, n.º 52, sala 3301 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), ao preço unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme deliberado pelo Administrador no ato de constituição do Fundo, em 9 de novembro de 2005, o qual encontra-se registrado no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro sob o nº 821431, em 9 de novembro de 2005.

"O Registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas a serem distribuídas."

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409/04"), podem adquirir Quotas do Fundo (os "Investidores Qualificados").

Os Investidores devem ler com atenção a seção "Fatores de Risco", nas páginas 26 a 32 deste Prospecto.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Quotas do fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de sua instituição administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

Cedente



Estruturador e Gestor:

Instituição Ofertante e
Administrador:

Custodiante e Agente
Escriturador:

Assessoria Jurídica:

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS E DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO OBJETO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

O ADMINISTRADOR DECLARA QUE (I) ESTE PROSPECTO CONTÉM AS INFORMAÇÕES RELEVANTES AO CONHECIMENTO, PELOS INVESTIDORES, DA OFERTA, DAS QUOTAS SENIORES, DO FUNDO, DO CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS; (II) AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE PROSPECTO SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES; E (III) É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES, NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03.

ADICIONALMENTE, O ADMINISTRADOR, NA QUALIDADE DE COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA OBJETO DO PRESENTE PROSPECTO, DESDE JÁ SE COMPROMETE A TOMAR TODAS AS CAUTELAS E AGIR COM ELEVADOS PADRÕES DE DILIGÊNCIA, RESPONDENDO PELA FALTA DE DILIGÊNCIA OU OMISSÃO, PARA ASSEGURAR QUE: (I) AS INFORMAÇÕES ORA PRESTADAS SEJAM VERDADEIRAS, CONSISTENTES,

CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E (II) AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS CONSTANTES DA ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO DA COMPANHIA E AS CONSTANTES DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EMPREENDIMENTO, SE APLICÁVEL, QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO, SÃO SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO OU SOBRE A PRESENTE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS SENIORES DO MESMO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO ADMINISTRADOR E/OU NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM.

ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

ÍNDICE

LISTA DE ANEXOS A ESTE PROSPECTO	6
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	8
DENOMINAÇÃO	9
BASE LEGAL	9
TIPO DE FUNDO.....	9
PRAZO DE DURAÇÃO	9
A QUEM SE DESTINA	9
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES.....	10
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	10
INSTITUIÇÃO GESTORA E ESTRUTURADORA	10
CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS	10
AVALIAÇÃO (RATING) DAS QUOTAS SENIORES.....	11
AUDITORIA EXTERNA.....	11
CONSULTORIA JURÍDICA	11
DEPOSITÁRIO DE DOCUMENTOS	11
OBJETO DO FUNDO	11
BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES.....	11
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	12
Carteira do Fundo	12
Condições Cujo Prévio Atendimento É Necessário Para Que Os Direitos Creditórios Sejam Cedidos ao Fundo	12
Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	14
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	16
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	16
PROCEDIMENTOS EM CASO DE INADIMPLÊNCIA	17
RESOLUÇÃO DAS CESSÕES DE CRÉDITO E A OPÇÃO DE VENDA.....	18
GARANTIA CONTRA OS RISCOS INERENTES AO TRÂNSITO DO FLUXO DE PAGAMENTOS DO INSS.....	18
AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE NOVOS BOLETOS DE PAGAMENTO NO CASO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE CDC VEÍCULOS E CONSEQUENTES PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA PAGAMENTO	20
AVALIAÇÃO DO FUNDO (RATING)	21
MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO	21
CONDIÇÕES RELATIVAS À DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS.....	22
ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	22
Tributação do Fundo	22
Tributação dos Quotistas.....	23
CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO	24
FATORES DE RISCO.....	27
FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO	28
FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	31
AQUISIÇÃO DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS E PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA	35
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	36
OPERAÇÕES DE HEDGE	36
VEDAÇÕES	37

PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA	37
OUTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO FUNDO.....	40
AS QUOTAS E O PATRIMÔNIO DO FUNDO	41
Características Gerais.....	41
Valorização e Cálculo do Valor das Quotas	42
Amortização das Quotas	45
RESERVA DE PAGAMENTO.....	45
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS QUOTAS DE CADA CLASSE	46
Características Gerais.....	46
Critérios para Avaliação dos Ativos do Fundo	46
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	47
ENCARGOS DO FUNDO	48
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO	49
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO.....	52
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	53
Procedimentos nos Eventos de Avaliação	55
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	56
Procedimentos nos Eventos de Liquidação.....	57
HISTÓRICO DOS PARTICIPANTES.....	59
A CEDENTE	60
Origem – Grupo Splice	60
O Banco Credibel.....	64
A ADMINISTRADORA	65
A GESTORA E ESTRUTURADORA.....	66
O CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS	67
OS ASSESSORES JURÍDICOS.....	70
OS AUDITORES.....	71
MAIORES INFORMAÇÕES	74
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS COTISTAS.....	75
INFORMAÇÕES RELEVANTES	75
ATENDIMENTO A QUOTISTAS E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES	75

LISTA DE ANEXOS A ESTE PROSPECTO

ANEXO 1 – Regulamento do Fundo (incluindo seus anexos, dentre os quais destacam-se o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças – CDC Veículos e o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças – Crédito Consignado INSS – os “Contratos de Cessão”)

ANEXO 2 – Relatório Preliminar da Agência de Rating

ANEXO 3 – Declaração de diretores da Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativa ao Art. 56 da Instrução CVM 400/2003

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

DENOMINAÇÃO

CREDIBEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - VEÍCULOS E INSS (“Fundo”).

BASE LEGAL

Resolução nº 2.907, de 29.11.2001, emanada do Conselho Monetário Nacional, e Instrução nº 356, de 17.12.2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22.07.2003, ambas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM

TIPO DE FUNDO

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio Fechado, com patrimônio inicial de até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). As Quotas Seniores serão amortizadas em 24 parcelas mensais com resgate concomitante à 24ª parcela de amortização, após carência inicial de 12 meses, na forma de seu regulamento (o “Regulamento”).

PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração do Fundo é de 36 (trinta e seis) meses, iniciando a sua vigência a partir da data da subscrição e integralização das Quotas representativas de seu patrimônio inicial (“Data de Subscrição Inicial”). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da assembléia geral de Quotistas.

A QUEM SE DESTINA

A investidores qualificados, assim definidos pela CVM, pessoas físicas, jurídicas e institucionais que tenham disponibilidade de manter seus recursos aplicados pelo prazo de

três anos e aceitem os riscos inerentes ao mercado de atuação do Fundo, especialmente nos segmentos onde o mesmo aplica seus recursos, que em determinadas circunstâncias podem ocasionar perdas significativas do patrimônio investido.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação na Cetip – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e/ou na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – Bovespa.

Caberá ao intermediário das operações no mercado secundário comprovar a qualidade de investidor qualificado do adquirente das Quotas Seniores.

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso nº. 52 - sala 3301 - parte.

Telefone para contato: + 55 (21) 3861-2053

INSTITUIÇÃO GESTORA E ESTRUTURADORA

Mercatto Gestão de Recursos LTDA. S/C, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José, 40, 11º andar.

Telefone para contato: +55 (21) 3687 1500

CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS

Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa.

Telefone para contato + 55 (11) 5029-4309

AVALIAÇÃO (RATING) DAS QUOTAS SENIORES

Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Araújo Porto Alegre 36/8º andar.

Telefone para contato: + 55 (21) 2210-2152

AUDITORIA EXTERNA

KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33 - Itaim Bibi

Telefone para contato: +55 (11) 3067-3000

CONSULTORIA JURÍDICA

Madrona, Hong, Mazzuco, Kawamura – Sociedade de Advogados, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 12º andar – Torre Sul.

Telefone para contato +55 (11) 3094-7810

DEPOSITÁRIO DE DOCUMENTOS

D.S. Serviços de Entregas Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Teodoro Sampaio, n.º 417 – 10º andar, conjunto 103.

Telefone para contato +55 (11) 3068-0130

OBJETO DO FUNDO

O Fundo , tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios, nos termos de sua política de investimento descrita mais abaixo.

BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Seniores, rentabilidade (“Benchmark”) correspondente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa média dos Depósitos

Interfinanceiros - DI de um dia - “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”).

O Benchmark tem por finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de Quotas Seniores e **NÃO REPRESENTA NEM DEVERÁ SER CONSIDERADO COMO UMA PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS.**

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao Benchmark, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

As Quotas Subordinadas do Fundo não têm parâmetro de rentabilidade definido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Carteira do Fundo

O Fundo aplicará seus recursos, preponderantemente, em direitos creditórios oriundos de operações de Crédito Consignado em folha de pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (“Crédito Consignado INSS”) e de financiamentos para aquisição de veículos automotores (“CDC - Veículos”) originadas pelo Banco Credibel S.A.. (“Banco Credibel” ou “Cedente”).

Além dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá adquirir certos ativos financeiros detalhados mais abaixo neste Prospecto.

Condições Cujo Prévio Atendimento É Necessário Para Que Os Direitos Creditórios Sejam Cedidos ao Fundo

O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios originados pelo Banco Credibel e oriundos de operações de CDC Veículos e/ou Crédito Consignado INSS que, além dos Critérios de Elegibilidade previstos no próximo item, atendam às seguintes condições:

I – Gerais (tanto para CDC Veículos como para Crédito Consignado INSS)

(i) o Cliente devedor de cada um dos Direitos Creditórios não se encontre inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de quaisquer outras operações contratadas com a Cedente, assim considerada a operação vencida e não paga após cinco (cinco) Dias Úteis contados da data de seu vencimento;

(ii) os documentos que formalizam o Direito Creditório (contrato de empréstimo ou cédula de crédito bancário e demais documentos que formalizam a operação) deverão ter sido entregues à D.S. Serviços de Entregas Ltda., contratada pela Cedente em benefício do Custodiante, empresa essa que ficará responsável por sua guarda, na qualidade de fiel depositário, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo, feita em qualquer das hipóteses previstas no Regulamento.

(iii) havendo seguro para cobrir inadimplência decorrente da morte do Cliente, a respectiva apólice deverá ser endossada em favor do Fundo quando da cessão do respectivo Direito Creditório;

(iv) nenhum dos Direitos Creditórios oferecidos ao Fundo poderão ter sido cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses contempladas nas cláusulas 9ª e 10ª dos respectivos Contratos de Cessão, sendo vedado ao Fundo a aquisição de quaisquer Direitos Creditórios que tenham sido objeto de prévia negociação ou devolução à Cedente;

(v) nenhum dos Direitos Creditórios oferecidos ao Fundo poderão ter sido objeto de qualquer espécie de repactuação entre o respectivo sacado e a Cedente.

II – CDC Veículo

(i) os Direitos Creditórios relacionados a operações de empréstimo para a aquisição de veículos automotores deverão ser formalizados por cédula de crédito bancário ou por qualquer outro instrumento contratual, desde que por escrito, com previsão de alienação fiduciária do veículo e devidamente assinado por todas as partes, respectivo cônjuge, se casado o Sacado, por 2 (duas) testemunhas e pelo fiel depositário do bem – caso o contrato atribua esta função à pessoa distinta do Sacado;

(ii) os Direitos Creditórios relacionados às operações de CDC Veículos deverão se limitar a contratos de financiamento para a aquisição de automóveis particulares, de passeio e motocicletas, novos ou com até 15 (quinze) anos desde seu primeiro emplacamento.

III – Crédito Consignado INSS

(i) os Direitos Creditórios relativos a operações de crédito consignado em folha de pagamento deverão ser exclusivamente oriundos de operações de crédito com consignação de pagamentos de aposentadorias e/ou pensões pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); e

(ii) os Direitos Creditórios relacionados a operações de crédito consignado em folha de pagamento deverão ser formalizados por meio de cédula de crédito bancário ou por qualquer outro instrumento contratual escrito, devidamente assinado por todas as partes, respectivo cônjuge, se casado o Sacado e por 2 (duas) testemunhas;

A Cedente, nos termos do Regulamento, se compromete a apenas oferecer Direitos Creditórios ao Fundo que atendam às condições aqui previstas.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios

Além das condições detalhadas acima, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que atendam aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

(i) as operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo deverão ser precedidas da celebração por parte da Cedente do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos

Creditórios e Outras Avenças - CDC Veículos e do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Crédito Consignado INSS (os “Contratos de Cessão”);

(ii) o prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios não será superior a 60 (sessenta) meses calendários corridos, contados da data de aquisição pelo Fundo, nos termos dos Contratos de Cessão;

(iii) o Cliente devedor de cada um dos Direitos Creditórios não se encontre inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo assim considerado o Direito Creditório vencido e não pago após cinco (cinco) Dias Úteis contados da data de seu vencimento;

(iv) o Cliente não tenha, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CPF/MF esteja em situação regular;

(v) o Cliente não tenha, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite; e

(vi) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Cliente, considerando o valor exigível do Direito Creditório, seja igual ou inferior a 0,50% (cinquenta centésimos de por cento) do patrimônio líquido do Fundo, calculado na data da cessão pretendida.

(vii) o Direito Creditório deve ter por origem operação de crédito na qual tenham sido acordados pagamentos mensais por parte do Sacado e realizada com base em taxa de juros pré-fixada.

(viii) as informações referentes ao respectivo contrato de financiamento devem ter sido transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia;

(ix) A operação que deu origem ao Direito Creditório deverá ter prazo de vencimento final superior a 60 (sessenta) dias contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório; e

(x) o valor correspondente ao somatório do valor nominal de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por um único Cliente, será igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), o “Limite de Concentração Normal por Cliente”.

Caberá ao Banco Itaú S.A., na qualidade de Custodiante (o “Custodiante”) a verificação do preenchimento dos critérios de Elegibilidade acima descritos.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- A Cedente responde pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência e validade dos documentos comprobatórios da transação que dá lastro a cada Direito Creditório.
- A Cedente e as pessoas controladoras da Cedente, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas ou a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis pela solvência dos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios. Assim, não haverá coobrigação entre a Cedente e os devedores dos Direitos Creditórios.
- O Fundo, a Administradora, a Gestora, o Representante dos Quotistas e o Custodiante não são responsáveis pela existência e pela solvência dos Clientes.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Nas aquisições iniciais de Direitos Creditórios, efetuadas até o dia 31/12/2005, o Fundo pagará à Cedente à vista pela aquisição de Direitos Creditórios elegíveis, o valor certo e ajustado equivalente ao somatório do valor nominal final dos respectivos Direitos Creditórios, descontados, pro rata temporis, desde suas respectivas datas de vencimento até a data de pagamento pelo Fundo, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período, utilizando-se a taxa composta, capitalizada no mesmo

prazo de capitalização do respectivo Direito Creditório e na base de 252 dias úteis de 24,50% (Vinte e quatro e meio por cento) ao ano como taxa de remuneração do respectivo financiamento para fins do desconto aqui previsto.

Parágrafo Segundo. Para todas as aquisições de Direitos Creditórios efetuadas a partir do dia 01/01/2006, o Fundo pagará à Cedente à vista pela aquisição de Direitos Creditórios elegíveis, o valor certo e ajustado equivalente ao somatório do valor nominal dos respectivos Direitos Creditórios, descontados, pro rata temporis, desde suas respectivas datas de vencimento até a data de pagamento pelo Fundo, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período, utilizando-se a mesma taxa de remuneração do respectivo financiamento, subtraindo-se 20% (Vinte por cento) de tal taxa de remuneração.

PROCEDIMENTOS EM CASO DE INADIMPLÊNCIA

Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pela Cedente no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Administradora, em nome do Fundo, estará autorizada a tomar todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando à recuperação dos créditos não pagos, conforme detalhado no Regulamento e que, resumidamente, são as seguintes:

- (i) Efetuar, diretamente ou por meio de terceiros, a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios inadimplentes;
- (ii) Exercer a Opção de Troca, prevista nos Contratos de Cessão, pela qual a Cedente se compromete a trocar o Direito Creditório inadimplente por outro, que atenda as condições e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento (e expostos acima neste Prospecto) bem como tenha condições de pagamento equivalentes àquelas dos Direitos Creditórios inadimplentes. Caso a Cedente, comprovadamente, não possua direito creditório que atenda aos critérios aqui previstos para efetuar a troca, deverá recomprar o Direito Creditório inadimplente; e

- (iii) Tentar, em regime de melhores esforços, alienar o Direito Creditório a terceiros.

RESOLUÇÃO DAS CESSÕES DE CRÉDITO E A OPÇÃO DE VENDA

Os Contratos de Cessão prevêm que ocorrerá a resolução de qualquer cessão de Direitos Creditórios realizada pela Cedente para o Fundo na hipótese de (i) pagamento recusado, até a data de vencimento, pelo respectivo Sacado, em decorrência de (a) inexistência, falta de certeza e/ou de liquidez do Direito Creditório, (b) qualquer oposição, de qualquer natureza, apresentada pelo Sacado (desde que não se caracterize como mero inadimplemento), (ii) na hipótese do Direito Creditório vir a ser reclamado por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os mesmos ou (iii) em caso de fraude cometida pela Cedente.

Os Contratos de Cessão prevêm, ainda, uma Opção de Venda, a ser exercida pelo Fundo em relação aos Créditos cedidos em caso: (i) de descumprimento pela Cedente das cláusulas do Contrato de Cessão, se a Cedente não sanar tal descumprimento no prazo estipulado; (ii) de Direitos Creditórios serem cedidos em desacordo aos Critérios de Elegibilidade e às condições previstas no Regulamento, (iii) da Cedente ceder ao Cessionário créditos inexistentes, ilíquidos ou incertos ou (iv) se for constatada a inexatidão de certas declarações feitas pela Cedente nos próprios Contratos de Cessão.

GARANTIA CONTRA OS RISCOS INERENTES AO TRÂNSITO DO FLUXO DE PAGAMENTOS DO INSS

Por razões operacionais da DATAPREV, órgão responsável pelo repasse dos recursos descontados pelo INSS de seus aposentados e pensionistas, os recursos descontados em folha de pagamento pelo INSS serão por este transferidos para uma determinada conta corrente da Cedente (“Conta de Trânsito”), a quem caberá, por sua única e exclusiva iniciativa, depositar os recursos recebidos na Conta de Trânsito em uma conta corrente de titularidade do Fundo, doravante designada “Conta Corrente Autorizada do Fundo” (tal procedimento é doravante denominado, simplesmente, “Trânsito”).

Assim, em relação às operações de Crédito Consignado INSS e sem prejuízo de outras obrigações previstas no Regulamento do Fundo ou nos Contratos de Cessão, a Cedente se comprometeu a (i) transferir os recursos depositados pelo INSS na Conta de Trânsito para a Conta Corrente Autorizada do Fundo no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado do seu recebimento e (ii) repassar, no mesmo dia de seu recebimento, para a Administradora e para o Custodiante, o arquivo eletrônico emitido pelo INSS discriminando (i) o montante transferido por tal autarquia para a Conta de Trânsito em pagamento de operações de crédito consignado INSS contratadas junto à Cedente e (ii) a quais contratos de operações de crédito consignado referem-se os recursos transferidos.

Como garantia contra o risco relacionado ao domicílio bancário relativo aos Direitos Creditórios oriundos de Crédito Consignado INSS (isto é, o risco da Cedente receber os recursos do INSS e não repassá-los para o Fundo), a Cedente, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da integralização das Quotas Seniores do Fundo, adquirirá cotas do **Fundo de Investimento Referenciado Selic Mercatto Rendimento** (“FIF”), também gerido pela Gestora e administrado pela Administradora, em montante equivalente a **1,5%** (um e meio por cento) do patrimônio líquido do Fundo (“Cotas Empenhadas”), as quais serão empenhadas em benefício do Fundo no mesmo ato.

Nos termos do Regulamento, com relação à garantia aqui prevista:

- A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, renuncia ao direito de resgatar as Cotas Empenhadas, salvo nas hipóteses previstas no Regulamento e autoriza a Administradora a registrar a constituição do penhor sobre as Cotas Empenhadas no momento de sua aquisição;
- Se, por qualquer razão, o valor das Cotas Empenhadas deixar de equivaler a 1,5% (um e meio por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a Cedente deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação neste sentido feita pela Gestora à Cedente, adquirir novas cotas do FIF, em montante suficiente para restabelecer a proporção prevista. A Cedente autoriza, ainda, de forma irrevogável e irretratável, a constituição de penhor sobre as novas cotas do FIF adquiridas, de forma que estas se tornem parte integrante das Cotas Empenhadas;

- A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza a Gestora a resgatar as Cotas Empenhadas e entregar o produto de tal resgate ao Fundo, para que o Fundo utilize tais recursos, na extensão dos prejuízos por ele sofridos e independentemente de prévia autorização da Cedente, se por qualquer razão, salvo decorrente de caso fortuito, força maior ou dificuldade imputável exclusivamente ao INSS, deixar de ocorrer a transferência de recursos em Trânsito no prazo estipulado ou ocorrer o bloqueio dos recursos em Trânsito; e
- Se a Cedente praticar qualquer ato que, inequivocamente, implique em tentativa de resgatar as Cotas Empenhadas ou de desconstituir o penhor constituído sobre as mesmas, restará configurado um Evento de Liquidação.

AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE NOVOS BOLETOS DE PAGAMENTO NO CASO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE CDC VEÍCULOS E CONSEQÜENTES PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA PAGAMENTO

Buscando maior racionalidade operacional, o Fundo e a Cedente definiram que os Direitos Creditórios oriundos de operações de CDC Veículos continuarão sendo pagos pelos respectivos Sacados por meio das fichas de compensação bancárias (“Boletos Bancários”) confeccionadas e enviadas pela Cedente para cada Sacado anteriormente à data de cada cessão de créditos. Caberá ao Banco Itaú S.A., na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, controlar o recebimento de tais Direitos Creditórios, de forma a garantir que os recursos pagos por meio dos Boletos Bancários pelos Sacados em questão sejam automaticamente depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo (tal procedimento é doravante denominado, simplesmente, “Procedimento de Recebimento de Boletos”). A Cedente autoriza o Banco Itaú S.A a transferir o registro da cobrança bancária de todos os direitos creditórios cedidos ao Fundo, mediante solicitação da área de custódia do próprio Banco Itaú S.A., nos termos do Contrato de Custódia.

A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Banco Itaú S.A., ainda na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao Procedimento de Recebimento de Boletos, sendo que qualquer ato da Cedente cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar

o Procedimento de Recebimento de Boletos, dará ensejo a um Evento de Liquidação, nos termos do inciso IX do Artigo 81 do Regulamento.

AVALIAÇÃO DO FUNDO (RATING)

As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela empresa Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda. ("LF Rating") e atualmente receberam uma classificação preliminar de risco do tipo "AAA (bra)". O Relatório Preliminar elaborado pela LF Rating que concedeu tal classificação é parte integrante deste Prospecto e está contido em seu **ANEXO 3**.

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO

Se, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 400/2003, o Administrador pretender efetuar modificações ou revogar a distribuição das Quotas do Fundo, tal pleito será obrigatoriamente apresentado à CVM.

Na hipótese de modificação, desde que a mesma tenha sido aprovada pela CVM, o Administrador (i) divulgará os aspectos do Fundo modificados, pelos mesmos meios utilizados para divulgar o Anúncio de Início desta distribuição e (ii) notificará por escrito todos aqueles que já tenham subscrito Quotas do Fundo para que estes confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, a manutenção do interesse em subscrever Quotas do Fundo, valendo o silêncio como confirmação

Eventuais investidores que subscrevam Quotas do Fundo apenas após a referida modificação firmarão, em adição ao Boletim de Subscrição e ao termo de ciência e adesão ao Regulamento, um termo de aceitação das modificações aprovadas pela CVM, o qual ressaltará os artigos do Regulamento eventualmente modificados.

Em caso de revogação da distribuição, os valores eventualmente já integralizados pelos subscritores serão devolvidos aos mesmos, acrescidos de eventuais rendimentos auferidos,

líquidos de despesas e tributos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aceitação da revogação por parte da CVM.

Não será admitida a revogação de aceitação por parte dos subscritores, salvo nos casos previstos nos parágrafos únicos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400/2003, isto é, respectivamente, no caso de suspensão da distribuição ou de discordância quanto às mudanças, eventualmente submetidas à CVM e aprovadas por tal autarquia, nas condições da oferta.

CONDIÇÕES RELATIVAS À DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

Como o Administrador é, ao mesmo tempo, o ofertante e o responsável pela distribuição pública das Quotas, não há qualquer contrato de distribuição. Assim, a distribuição é feita em regime de melhores esforços, não havendo qualquer garantia firme de subscrição ou condição pertinente à distribuição não prevista neste Prospecto ou na Instrução CVM 400/2003.

O Administrador, por ser o administrador do Fundo, tem interesse direto no sucesso da distribuição, uma vez que sua taxa de administração é representada por percentual do patrimônio total do Fundo.

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

O Fundo e seus Quotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Além disso, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF") e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Quotistas

Os Quotistas terão seus rendimentos, quando auferidos, sujeitos aos seguintes tributos:

IOF: Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Quotas do Fundo antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Este limite diminuirá em função do prazo decorrido, zerando após o trigésimo dia após o investimento.

Imposto de Renda na Fonte: Ocorrendo o resgate de Quotas, incidirá imposto de renda, a ser retido pelo Fundo ("IR-Fonte"), sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das Quotas. Para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo Quotista.

Assim, caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, caso os títulos e valores mobiliários que a compõem tenham prazo médio de vencimento superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
----------	-----------------------

22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese da carteira do Fundo ser classificada como de curto prazo, ou seja, caso o prazo médio de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem seja igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

Semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, será realizada pelo Administrador a retenção do IR-Fonte (come-Quotas), em valor equivalente a 20% (para os fundos de curto prazo) ou 15% (para os fundos de longo prazo). Por ocasião do resgate das Quotas, será aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada acima.

Fica expressamente ressalvado que a ocorrência de alteração nas alíquotas a que o aplicador está sujeito, ainda que provoque um ônus para o Quotista, não poderá ser entendida ou interpretada como ato de responsabilidade do Administrador e/ou do Gestor, tendo em conta que a gestão da carteira e, com efeito, suas repercussões fiscais, dão-se em regime de melhores esforços, e como obrigação de meio, pelo que o Administrador e o Gestor não garantem aos Quotistas do Fundo qualquer resultado, mesmo que de natureza fiscal.

CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

- 1) Percentual em relação ao preço unitário de distribuição: 0,99% (noventa e nove centésimos por cento).
- 2) Comissão de Coordenação: Não foi cobrada, pois o Administrador é, simultaneamente, o Ofertante e o responsável pela distribuição das Quotas.

3) Comissão de Colocação: Não foi cobrada, pois o Administrador é, simultaneamente, o Ofertante e o responsável pela distribuição das Quotas.

4) Outras comissões: Não foram cobradas quaisquer outras comissões.

5) Custo unitário de distribuição: R\$ 247,53 (duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

6) Despesas decorrentes do registro em cartório: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

7) Outros custos: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) , entre honorários da agência de rating e de advogados na estruturação, acrescido de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e setenta reais) de taxa de fiscalização da CVM.

Os custos de distribuição foram suportados pelo Administrador.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados.

Limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Sacados e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

Risco de Liquidez. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora, alienarem os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Sacados, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora, a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer

pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Crédito. Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Sacados devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas partes relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos Artigos 50 e 51 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o patrimônio líquido do Fundo. Os

Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto nos Artigos 50 e 51 do Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

Hedge indisponível ou imperfeito. Nos termos do Artigo 30 do Regulamento, a Administradora e a Gestora, em regime de melhores esforços deverão realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Administradora e a Gestora tentem realizar as operações com derivativos (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Assim, é possível que, não obstante seus esforços, a Administradora e a Gestora não consigam proteger, adequadamente, as posições detidas pelo Fundo e o descasamento de taxas efetivamente ocorra.

Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Risco de Crédito. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas partes relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Sacados ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Sacados, e, em caso de coobrigação de terceiros, da solvência e da capacidade de pagamento dos coobrigados, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Sacados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes as suas Quotas.

Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Sacados. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Sacados.

Constituição Sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de CDC Veículos e/ou Crédito Consignado já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a oferecer a seus Clientes as operações de CDC Veículos e/ou de Crédito Consignado, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Sacados contratarem ou continuarem a contratar as operações de CDC Veículos e/ou de Crédito Consignado. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura, recursos, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade das operações de CDC Veículos e/ou de Crédito Consignado, não há como assegurar que a demanda por CDC Veículos

e/ou Crédito Consignado permitirá a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo.

A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo será feita com base nos documentos a serem apresentados pela Cedente e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estes indicados.

O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditório para verificar a regularidade dos documentos que lhe dão suporte. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos Creditórios. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e/ou correta e suficiente formalização dos Direitos Creditórios.

Domicílio Bancário no caso dos Direitos Creditórios oriundos de Crédito Consignado INSS. A DATAPREV, empresa estatal responsável pelos sistemas informáticos da folha de pagamentos de pensões e aposentadorias do INSS não permite a substituição do domicílio bancário do Sacado, definido quando da contratação por este último do Crédito Consignado INSS junto à Cedente. Por essa razão, os recursos descontados da folha de pagamentos do INSS para pagamento do Direito Creditório, necessariamente, transitarão por conta corrente da Cedente (“Conta de Trânsito”), que apenas após receber tais recursos poderá transferi-los para a Conta Corrente Autorizada do Fundo (“Trânsito”), no prazo de até um dia útil previsto no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças – Crédito Consignado INSS. Assim, há o risco (a) da Cedente tentar impedir, atrasar ou simplesmente não realizar a transferência e o Fundo precisar de medidas judiciais para obter tais recursos e, ainda, (b) o risco de, em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da Cedente, (i) credores desta última utilizarem-se do Trânsito como argumento contra a efetivação da Cessão do Direito Creditório ou (ii) que a

decisão que determinar a intervenção, a liquidação extrajudicial ou a falência bloqueie eventuais recurso em Trânsito que estejam sob a posse da Cedente. Em todas essas hipóteses, os recursos em discussão poderão ficar bloqueados por decisão judicial ou do Banco Central do Brasil, até que seja decidido o mérito da discussão.

V. Não Substituição dos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios oriundos de CDC Veículos cedidos ao Fundo. O Fundo e a Cedente decidiram não emitir novos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos, com o objetivo de substituir a Cedente pelo Fundo como cedente no corpo de tais Boletos Bancários. Tal decisão, entretanto, não implica na impossibilidade da emissão de novos Boletos Bancários com o objetivo de substituir erros ou incorreções naqueles originalmente emitidos ou como 2ª via, no caso de extravio ou inutilização dos mesmos. Por tal razão, os Direitos Creditórios cedidos continuarão sendo pagos pelos respectivos Sacados por meio dos Boletos Bancários originalmente enviados pela Cedente (ou por outros por esta última emitidos em reposição àqueles originalmente emitidos), os quais, quando pagos, geram o depósito, em determinada Conta Corrente da Cedente, dos recursos entregues pelos Sacados. A Cedente autorizou o Banco Itaú S.A., responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a transferir, automaticamente, tais recursos para a Conta Corrente Autorizada do Fundo. Entretanto, é possível que a Cedente tente impedir ou dificultar tais transferências. Nesse caso, a Cedente pode conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Sacados, em prejuízo do Fundo e/ou tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos e/ou da validade da revogação da autorização concedida ao Banco Itaú S.A. seja resolvido.

As aplicações no FUNDO não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AQUISIÇÃO DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS E PROCEDIMENTOS DE
CUSTÓDIA

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos Creditórios elegíveis, oriundos de operações de Crédito Consignado INSS e de CDC Veículos.

A parcela de Direitos Creditórios integrante da carteira do Fundo deverá ser constituída de, no mínimo, 1/4 (um quarto) de Direitos Creditórios de Crédito Consignado INSS.

Além dos Direitos Creditórios, a Administradora poderá alocar a parcela de até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo exclusivamente nos seguintes ativos financeiros:

- (a) Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) com prazo de vencimento de até 24 (vinte e quatro) meses;
- (b) Operações compromissadas de até 30 (trinta) dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos no item (a) acima; e
- (c) Quotas dos Fundos de Investimento Mellon Cash Fundo de Investimento Curto Prazo ou Fundo de Investimento Referenciado Selic Mercatto Rendimento, em valor total não superior a R\$125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais).

Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Data de Subscrição da Primeira Emissão, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos Creditórios.

OPERAÇÕES DE HEDGE

O Fundo deverá realizar operações de derivativos de forma a proteger a carteira contra o risco de descasamento de taxas de juros. Tais operações serão realizadas exclusivamente na

Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), na modalidade com garantias, com o único objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.

O Fundo apenas poderá firmar as operações com derivativos aqui previstas com as instituições listadas no Anexo 30 ao Regulamento (“Lista de Instituições Autorizadas”), sendo que a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar a remoção ou autorizar a inclusão de instituições na Lista de Instituições Autorizadas a qualquer tempo.

VEDAÇÕES

O Fundo **não realizará**: (i) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) aquisição de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não as operações de CDC Veículos ou Crédito Consignado INSS; e (iii) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Dentre outras funções previstas no Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“Contrato de Custódia”), caberá ao Custodiante:

- (i) efetuar, no mesmo dia do recebimento do Arquivo Magnético (conforme definido abaixo neste mesmo item), a conciliação entre (i) o teor do arquivo magnético (contendo discriminação dos valores transferidos à Cedente pelo INSS e dos contratos de crédito consignado cujas parcelas estão sendo pagas por meio da transferência de recursos retratada no referido arquivo magnético) enviado pelo INSS à Cedente e por esta repassado para o Custodiante e para o Administrador (“Arquivo Magnético”), (ii) os valores previstos no Arquivo Magnético e transferidos pelo INSS para a Cedente, (iii) os valores efetivamente transferidos pela Cedente, dentre o que lhe foi repassado pelo INSS, para conta corrente de titularidade do Fundo e (iv) os registros eletrônicos detidos pelo próprio Custodiante a respeito dos Direitos Creditórios, de forma a averiguar e em seguida informar à Administradora e à Gestora, por escrito e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer irregularidades, discrepâncias ou inconsistências encontradas.
- (ii) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo
- (iii) solicitar que a área responsável pelo Procedimento de pagamento de Boletos dentro do Banco Itaú S.A. transfira o registro da cobrança bancária de todos os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OUTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO FUNDO

AS QUOTAS E O PATRIMÔNIO DO FUNDO

Características Gerais

O patrimônio inicial do Fundo será composto de 700 (setecentas) Quotas Seniores e 300 (trezentas) Quotas Subordinadas, todas subscritas e integralizadas pelo valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Deverá ser mantida uma proporção entre o montante de Quotas Seniores e o de Quotas Subordinadas, de maneira que a quantidade das Quotas Subordinadas represente sempre, no mínimo, 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Se a proporção de Quotas Subordinadas cair abaixo de 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, a Administradora enviará um Aviso de Desenquadramento aos Quotistas Subordinados para que estes informem, até o dia útil subsequente, se irão subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas em quantidade suficiente para restabelecer a proporção de 30% (trinta por cento) acima citada . Em caso positivo, deverão fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Caso os Quotistas Subordinados (i) não respondam ao Aviso de Desenquadramento no prazo estipulado, (ii) informem que não subscreverão e integralização novas Quotas Subordinadas ou (iii) não cumpram o prazo de 05 (cinco) dias para efetuar tal subscrição e integralização, restará configurado um Evento de Liquidação.

O prazo de carência para as Quotas Seniores será de 12 (doze) meses, seguido de amortizações mensais, ao longo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme detalhado mais abaixo.

Todas as Quotas Seniores terão as mesmas características e conferirão aos seus Quotistas os mesmos direitos e obrigações.

A Data de Subscrição Inicial será determinada pela Instituição Administradora, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º incisos I a VIII, da Instrução CVM nº 356/2001, modificada pela Instrução CVM nº 393/2003.

Caso a totalidade das Quotas de cada emissão não seja subscrita no prazo acima mencionado, até o dia imediatamente anterior ao do seu término o saldo não colocado será cancelado.

As Quotas serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito aberta em nome de cada Quotista pelo Banco Itaú S.A., na qualidade de agente escriturador das Quotas (“Agente Escriturador”).

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento.

O valor mínimo de aplicação será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Somente poderão adquirir Quotas do Fundo os investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 302, de 5 de maio de 1999, e alterações posteriores.

A aplicação, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em se tratando de Quotas Subordinadas, admite-se que a aplicação, a amortização e o resgate sejam efetuados em direitos creditórios, na forma e proporção acordadas entre a Instituição Administradora e o investidor.

Valorização e Cálculo do Valor das Quotas

O valor inteiro referencial da Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, inteiro ou fracionado, posterior à 1ª integralização de Quotas Sênior, apurado diariamente, será equivalente ao menor valor entre (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Sênior em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas, e (b) $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$,

onde:

VII valor inteiro inicial da Quota Sênior na Data de Emissão da Primeira Emissão prevista no Capítulo Doze do Regulamento.

$(f1 \times f2 \times f3 \times fj)$ fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos $f1, f2, f3, \dots, fj$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{TaxaDI_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

- *Fj* fator diário da Taxa DI.
- *Taxa DIj* 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – “over extra grupo” (a “Taxa DI”), expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Sênior, referente ao dia “j”.
- *S* percentual da Taxa DI igual a 110% (cento e dez por cento), expressa em forma de decimal (o “Fator Multiplicador”).

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista referente às Quotas Sênior, será utilizada, em sua

substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do Fator Multiplicador, até a data de observação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Sênior, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

A partir da Data de Subscrição da Primeira Emissão, as Quotas Subordinadas terão seu valor de integralização ou resgate apurado, diariamente, de acordo com a seguinte expressão:

$$VUQS = \frac{PL - (VIQ \times QS)}{QSUB}$$

onde:

<i>VUQS</i>	valor unitário da Quota Subordinada em qualquer data de integralização ou resgate, conforme o caso, posterior à 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas.
<i>PL</i>	Patrimônio Líquido.
<i>VIQ</i>	valor inteiro referencial da Quota Sênior apurado diariamente na forma do Artigo 49 acima.
<i>QS</i>	número, inteiro ou fracionado, de Quotas Seniores em circulação na data de apuração do VUQS.
<i>QSUB</i>	número, inteiro ou fracionado, de Quotas Subordinadas em circulação na data de apuração do VUQS.

Amortização das Quotas

A partir do 13º (décimo-terceiro) mês, contado da Data de Subscrição Inicial, e desde que o Fundo tenha recursos, as Quotas Seniores serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos, considerando-se para esse efeito o valor da Quota nas respectivas datas de amortização.

Observada a ordem de alocação dos recursos do Fundo prevista mais abaixo, e desde que o patrimônio líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores, cujo valor será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PMT = \frac{(1)}{36 - (M - 1)} \times VQS$$

onde:

PMT é o valor de amortização de cada Quota Sênior a ser efetuada em cada mês a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a Data de Início do Fundo;

M é o mês (após a Data de Início do Fundo) em que a amortização será feita, sendo que *M* variará entre 13 (primeira amortização no 13º mês) e 36 (última amortização no 36º mês); e

VQS é o valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização de Quotas Seniores, calculado na forma exposta mais acima neste Prospecto.

Não haverá resgate ou amortização das Quotas Subordinadas antes do resgate de todas as Quotas Seniores.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Gestora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores (“Reserva de Pagamento”). Para tanto, a Gestora deverá interromper a aquisição de novos direitos creditórios e/ou liquidar aplicações de recursos, de modo que, a partir de 60 (sessenta) dias corridos antes da data de cada amortização das Quotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na data de amortização em questão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS QUOTAS DE CADA CLASSE

Características Gerais

Os ativos do FUNDO terão seu valor atualizado a cada dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, quando houver, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características dos direitos creditórios.

Critérios para Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

i) os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu Preço de Aquisição;

ii) os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução 2.682 do CMN, de 21 de dezembro de 1999 (“Resolução 2682/99”) e de acordo com o

plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do BACEN;

iii) os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da Carteira do Fundo deverão ser provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos;

iv) os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

v) os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF.

vi) as perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF e na Resolução 2682/99. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente, calculada e provisionada todo dia útil.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Não haverá taxa de performance, de entrada ou de saída.

ENCARGOS DO FUNDO

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa da Administradora, na qualidade de administradora do Fundo, e dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado os limites previstos no Regulamento;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas quotas admitidas à negociação;

- X. despesas com a contratação e honorários da Agência Classificadora de Risco;
- XI. despesas incorridas na constituição do Fundo, incluindo, mas não se limitando a, honorários advocatícios, emolumentos cobrados pelo competente Cartório de Títulos e Documentos para registrar este Regulamento e a Ata de Reunião da Diretoria da Administradora que deliberou a constituição do Fundo e eventuais taxas de fiscalização que a CVM venha a exigir para registrar a distribuição pública das Quotas do Fundo.

Quaisquer despesas não previstas como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO

Diariamente, a partir da Data de Subscrição da Primeira Emissão, conforme definida no Capítulo Doze do Regulamento, até a liquidação do Fundo, a Administradora obrigar-se-á a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos encargos do Fundo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) formação de Reserva de Pagamento;
- (d) pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios;
- (e) pagamento dos valores referentes à amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores; e
- (f) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas

atividades.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- I. - criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- II. - aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as condições previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 17 do Regulamento, conforme apurado pela Administradora, Gestora e/ou pelo Custodiante;
- III. - rebaixamento do rating das Quotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela LF Rating ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la, observada a Tabela de Equivalência de Níveis contida no Anexo 80.III do Regulamento.
- IV. - alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a performance do Fundo;
- V. - caso a Taxa DI, de qualquer dia útil, seja superior a 130% (centro e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- VI. - caso existam evidências de que Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a qualquer encargo, constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- VII - caso a Administradora não concorde com os critérios de fixação do preço dos ativos financeiros e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo definidos pelo Custodiante para a apuração do valor do Patrimônio Líquido nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia;

VIII - caso a Cedente ofereça Direitos Cr dit rios elegíveis em quantidade inferior a 50% (cinquenta por cento) das disponibilidades, após a Reserva de Pagamento, por períodos superiores a 30 (trinta) dias ininterruptos;

IX - caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;

X- caso o Fundo desrespeite a proporção mínima de 25% do patrimônio líquido aplicados em Direitos Cr dit rios de Crédito Consignado INSS por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

XI- caso a Gestora não constitua com 60 dias de antecedência, a Reserva de Pagamento prevista de 100% do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão e não corrija o problema no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do momento em que a Reserva de Pagamento deveria estar corretamente constituída;

XII- caso os Quotistas Subordinados vetem eventual deliberação da Assembléia Geral a respeito da alteração do Benchmark das Quotas Seniores, tratada no item “xiii” do Artigo 68 do Regulamento;

XIII- Caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores;

XIV- Caso a análise trimestral, por amostragem, realizada pelo Custodiante na documentação comprobatória dos Direitos Cr dit rios, demonstre inexatidões ou inconsistências em relação às informações fornecidas pela cedente em 5% (cinco por cento) ou mais dos contratos adquiridos;

XV- Em caso de alteração no controle acionário do Cedente;

XVI- Caso a inadimplência da carteira de CDC Veículos (títulos vencidos e não pagos) supere 15% (quinze por cento) em até 30 (trinta) dias, 10% (dez por cento) em até 60 (sessenta) dias ou 5% (cinco por cento) acima de 90 (noventa) dias;

XVII - Caso a Cedente não adquira novas cotas do FIF Referenciado SELIC Mercatto Rendimento e autorize, expressamente, sua inclusão dentre as Cotas Empenhadas (isto é, a constituição do penhor sobre as novas cotas do FIF adquiridas), de forma a restabelecer a proporção de 1,5% (um e meio por cento) entre Cotas Empenhadas e patrimônio líquido do Fundo; e

XVIII - Salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou de atraso imputável exclusivamente ao INSS, em caso de atraso, imputável à Cedente, superior a 1 (um) dia útil na transferência dos recursos depositados pelo INSS na Conta de Trânsito para a Conta Corrente Autorizada do Fundo e/ou no repasse do arquivo eletrônico emitido pelo INSS para a Administradora e para o Custodiante.

Procedimentos nos Eventos de Avaliação

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Quotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios até que seja realizada a Assembléia Geral convocada pela Administradora, na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo.

Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembléia Geral.

Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos próprios aos Eventos de Liquidação.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

- I - caso a totalidade das Quotas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo, conforme estipulado no Artigo 33 do Regulamento, não seja integralmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo autorizada pela CVM;
- II - deliberação nesse sentido da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo;
- III - caso os Quotistas venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV - caso não ocorra a substituição da Administradora e/ou da Gestora nos casos previstos neste Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- V - Rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto.
- VI - caso os Quotistas Subordinados não procedam à integralização de Quotas Subordinadas na forma prevista no Regulamento;
- VII - caso os Quotistas Subordinados, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não procedam à integralização de Quotas destinada a assegurar a proporção mínima de 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido, no prazo máximo previsto de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do Aviso de Desenquadramento..
- VIII - caso a Cedente pratique qualquer ato que, inequivocamente, implique em tentativa de resgatar ou de desconstituir o penhor constituído sobre as Cotas Empenhadas.
- IX - caso a Cedente pratique qualquer ato que, inequivocamente, implique em tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos.

Procedimentos nos Eventos de Liquidação

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas em curso; (ii) notificar os Quotistas e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção da liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, que ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da realização da Assembléia Geral.

Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo vedada qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

HISTÓRICO DOS PARTICIPANTES

A CEDENTE

BANCO CREDIBEL S/A

Origem – Grupo Splice

A atuação do Grupo SPLICE, que detém empresas fundadas pela Família Beldi, no setor de telecomunicações iniciou-se em 1962, através da criação da COMPANHIA REDE TELEFÔNICA SOROCABANA – CRTS, como operadora privada de telefonia fixa, na região de Sorocaba (SP), Votorantim (SP) e adjacências.

Em 1971 foi fundada a SPLICE DO BRASIL S/A, como braço industrial do Grupo SPLICE, direcionando seu foco principal inicialmente para a sua operadora CRTS, através do desenvolvimento de tecnologia própria e em parceria com a TELEBRAS S/A, por intermédio do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico), bem como, por meio de associações com parceiros internacionais.

O Governo Federal decretou a estatização das empresas de telefonia e a CRTS foi uma das últimas empresas do setor a ser incorporada à TELESP, empresa do Sistema Telebrás que atuava no estado de São Paulo, em 1976.

A Splice, então, direcionou suas atividades, principalmente, para o segmento industrial e de serviços, destacando-se na liderança no fornecimento de equipamentos de transmissão digital e instalação de redes de transmissão por fibras ópticas, com significativa participação no mercado de telecomunicações brasileiro. A SPLICE recebeu por seis vezes consecutivas o prêmio de destaque do ano em Transmissão e de Telefone Público pelo Anuário Telecom, importante publicação nacional do setor de Telecom.

Com a decisão governamental de adotar uma nova política para as telecomunicações no país, tendo como objetivo final privatizar as operadoras estatais, componentes do Sistema Telebrás, foram convocados leilões públicos, abrindo-se, aos interessados, a possibilidade de aquisição dessas concessionárias, medida que proporcionaria a privatização do setor.

Devido a esta alteração dos rumos do mercado de Telecomunicações Brasileiro, o Grupo Splice, em 1997, redefiniu seu planejamento estratégico, retornando as atividades de operação – que o originaram – ao participar associado aos Grupos Bell South International Inc., Banco Safra, Jornal “O Estado de São Paulo” e Grupo de Comunicações “RBS”, do consórcio vencedor da licitação, para exploração da Banda “B”, na área 1, de telefonia celular na região Metropolitana da cidade de São Paulo e municípios limítrofes, e, na área 10, que abrange seis estados da região Norte/Nordeste brasileira, através das empresas BCP e BSE, respectivamente.

Depois, em 1998, participou, isoladamente, como único grupo verdadeiramente nacional, dos leilões públicos de outras concessionárias do Sistema TELEBRÁS.

Adquiriu, inicialmente, o controle acionário da TELE CENTRO OESTE (TCO) operadora da Banda “A” de telefonia celular que atuava nos Estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal do Brasil, através das empresas Teleacre Celular(AC), Telegoias Celular(GO), Telemat Celular(MT), Telems Celular(MS), Teleron Celular(RO) e Telebrásia Celular(DF).

Além disso, a fim de explorar o potencial de crescimento dos serviços celulares, a SPLICE direcionou a TCO no sentido de arrematar, inicialmente consorciado com o Grupo Inepar, o leilão para exploração da Banda B de Telefonia Celular na área 8, que compreende a Região Norte/Nordeste do Brasil, nos estados do Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima, surgindo a NBT, que em 1999, teve a TCO adquirido uma participação total de 95% do capital.

A Splice como controladora, iniciou sua administração, nessas operadoras, que atuava em 69% do território brasileiro com 420.000 assinantes, tendo a TCO apresentado, notável resultado, pela qualidade de seus serviços e por sua reconhecida performance operacional e financeira, atingindo em abril 2002 a excepcional marca de 3.260.000 assinantes, com recebimento de diversos prêmios, sendo escolhida como a melhor empresa de telefonia celular do Brasil no ano de 2002, obtendo o maior lucro líquidos das empresas de telefonia celular no país em 2001 e 2002 e o terceiro de todo o setor de telefonia, tendo ainda realizado um intenso trabalho social na região em conjunto especialmente com o Instituto Ayrton Senna.

A NBT, também, teve pleno sucesso, tornando-se a única empresa de telefonia celular – Banda B, a obter lucro na última linha do balanço, desde 2001; portanto, em menos de 2 anos após a sua instalação.

Em 2002, o Grupo SPLICE reviu seu planejamento estratégico. Dentro desse escopo, incorporou as mudanças recentes no setor de telecomunicações e do panorama da economia brasileira. Os problemas oriundos da Internet, bem como do lento desenvolvimento da nova tecnologia “3-G” da telefonia celular aliados ao novo quadro de concentração na telefonia celular brasileira, mostraram a inconveniência da continuidade de atuação isolada do Grupo SPLICE na operação dessas operadoras dentro do quadro desenhado do setor de Telecom.

Dentro desta nova conjuntura, o Grupo, dentro de seus planos de reestruturação, em abril de 2003, alienou à TELESP Celular, empresa do Grupo VIVO, formado pela Portugal Telecom e pela Telefonica de Espanha, o controle da TCO/NBT.

Em continuação à nova estratégia, as ações da BCP / BSE, possuídas pelo Grupo Splice, foram vendidas à CLARO, empresa da America Movil, também, no ano de 2003.

Ainda em 2003, as participações minoritárias de 18% junto ao consórcio liderado pela Canbras, empresa do Grupo Bell Canada, responsável pela exploração de TV à Cabo, na região da Baixada Santista de São Paulo, foram alienadas, configurando, assim, o novo perfil para o Grupo Splice.

Completado o planejamento estratégico, desenvolvido no ano de 2003, o Grupo Splice permaneceu como grupo 100% brasileiro com elevada capitalização e com todas suas empresas lucrativas e operacionalmente ajustadas para continuarem obtendo resultados positivos diante dos freqüentes desafios da economia brasileira.

Nos dias atuais, a Splice do Brasil atua na área de Telecom, no desenvolvimento e implantação de projetos, fabricação de equipamentos, marketing e manutenção no

mercado de produtos e sistemas de telecomunicações, bem como no setor de serviços de infra-estrutura para telecomunicações.

CSM Cartões de Segurança S.A.

Através de sua subsidiária CSM Cartões de Segurança S/A, fabrica, com tecnologia de ponta, cartões indutivos para telefones públicos utilizados pelas concessionárias de telefonia fixa em todo o Brasil e outros tipos de cartões, tais como: magnéticos, plásticos para várias finalidades e os “smart cards”, que configuram a última tecnologia desenvolvida para projetos que envolvam transações financeiras e identificação de usuários com maior segurança.

SPL – Construtora e Pavimentadora

Na área de construção civil, o Grupo SPLICE opera através de sua subsidiária SPL – Construtora e Pavimentadora Ltda., importante executora de loteamentos e empreendimentos próprios e de terceiros, bem como de pavimentação, que conta com uma estrutura de produtos e serviços que inclui pedreiras e usinas de concreto.

A SPL conta com departamento especializado na coleta de resíduos sólidos (residencial, industrial e seletiva), prestando, ou tendo prestado, esses serviços para cidades como São Paulo (capital), Brasília (DF), Rio de Janeiro, Sorocaba, Alumínio, Itatiba, Várzea Paulista e Boituva.

Mantém, também, um departamento de Sistemas de Controle de Tráfego (radares, lombadas eletrônicas, monitoração de rodovias e cidades etc.), sendo fornecedora da AutoBan, SET Salvador, CET Santos, CET Itatiba, CET Votorantim, CET São José do Rio Preto, CET São José dos Campos, EMDEC de Campinas e D.E.R. de São Paulo.

Faculdade de Engenharia de Sorocaba

O Grupo Splice atua, através da Splice do Brasil e seus acionistas, como mantenedora da Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS, uma Instituição Educacional sem

qualquer finalidade lucrativa, reconhecida como de Utilidade Pública Federal por decreto do Presidente da República.

A FACENS oferece cursos de Engenharia Elétrica com ênfase em telecomunicações, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia de Computação, assim como ministra cursos de Pós-Graduação “lato sensu” (MBA).

Essa entidade, de fins não econômicos, foi fundada em 1976 e já formou 23 turmas de profissionais que vêm atuando com destaque em todo o país.

O Banco Credibel

O Banco Credibel S.A., banco múltiplo, foi criado em 1992 para fomentar o financiamento das vendas de linhas telefônicas de regiões em que a Splice do Brasil atuava como centralizadora dos PCTs.

Atua no segmento de Crédito, através, principalmente, das modalidades de i) crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS; ii) financiamento para a aquisição de veículos leves (CDC Veículos); e iii) financiamento à pequenas e médias empresas.

A ADMINISTRADORA

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS



A Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA), constituída especificamente para a gestão e administração de fundos de investimento no Brasil próprios e de terceiros e tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

O Mellon Bank Corporation, fundado em 1869, com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, é um dos maiores administradores de recursos do mundo. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido pela Morningstar (set/98) e prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine (abr/98).

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu à Mellon Serviços Financeiros DTVM S/A entrar no mercado brasileiro e hoje oferecer serviços superiores de administração de fundos de investimentos, prestando tais serviços para os mais destacados Administradores de Carteiras independentes de recursos de terceiros nos mercados nacional e internacional.

A GESTORA E ESTRUTURADORA

MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA



A Mercatto Gestão de Recursos foi constituída em agosto de 1998, tendo como objetivo gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários. Suas atividades são regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) . Reuniu executivos de comprovada experiência e carreiras desenvolvidas em bancos de investimento brasileiros, reconhecidos pela excelência em sua área de atuação.

Ao longo de sua existência, a Mercatto destacou-se não somente pela performance de seus produtos de investimento, mas pelo relacionamento individualizado e de elevado conteúdo técnico com os investidores e pela transparência no processo de decisões de investimento.

A Mercatto dedica sua atenção às atividades de análise de investimentos, estudos setoriais, avaliação de empresas, operações de finanças estruturadas e controle de riscos. Estas atividades recebem atenção integral, enquanto parceiros de reconhecida competência respondem pelas atividades de administração fiduciária, custódia, auditoria e corretagem de valores.

O objetivo da Mercatto é oferecer soluções de investimento aos seus clientes, buscando alternativas inteligentes e criativas de negócios. A empresa tem, hoje, sob sua gestão cerca de R\$ 1.300.00.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) em recursos de terceiros. Sua carteira de clientes é composta de pessoas físicas, pessoas jurídicas e investidores institucionais.

O CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS

BANCO ITAÚ S/A



**Serviços para o
Mercado de Capitais**

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 4 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de compliance própria que também está subordinada à estrutura do compliance corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de

procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

OS ASSESSORES JURÍDICOS

MHMK SOCIEDADE DE ADVOGADOS



O MHMK Sociedade de Advogados foi fundado, em fevereiro de 2004, por sócios que acumulam cada qual mais de 12 (doze) anos de experiência no segmento financeiro e de mercado de capitais, à frente de tradicionais escritórios, instituições financeiras e organismos multilaterais, atendendo empresas, instituições financeiras, tanto locais como estrangeiras, bem como organismos multilaterais de financiamento e de fomento.

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES



Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

A KPMG é reconhecida como um dos principais provedores na entrega de serviços de *Audit*, *Tax* e *Advisory*. Com enfoque global na entrega de serviços, a KPMG responde aos ambientes complexos e desafiadores dos seus clientes reconhecendo os seus segmentos de indústria e suas fronteiras nacionais.

Audit

Como marco no relacionamento de longo prazo com os seus clientes, a prática de *Audit* da KPMG está comprometida com o gerenciamento de riscos – em todas as suas formas. Ao entender as atividades de cada cliente, a prática de *Audit* converte dados em informações. Estas revelam oportunidades inexploradas de melhoria que auxiliam no desempenho dos negócios dos seus clientes.

Tax

A prática de *Tax* também está focada na descoberta de oportunidades que se traduzam na economia de impostos e que façam uma diferença significativa no balanço patrimonial dos seus clientes. O foco na eliminação de encargos desnecessários, através de estruturas tributárias adequadas, é o principal fator que leva ao reconhecimento desta prática, que se utiliza de abordagens personalizadas, inovadoras, e alta qualidade na entrega dos seus serviços.

Financial Advisory Services

A prática de *Financial Advisory Services* fornece metodologias de como as empresas podem crescer e aumentar seu valor patrimonial para o acionista. A KPMG ajuda o cliente ao longo de todas as fases de uma transação, incluindo serviços de integração pós-fusão e durante a reestruturação. Assessoramos também na implementação de programas voltados para a detecção de fraudes e conformidade corporativa.

Assessoria em Gestão de Recursos Humanos

A prática auxilia os clientes nos processos de recrutamento, contratação, motivação, avaliação, retenção, desenvolvimento e desligamento dos profissionais de suas organizações. Esses processos exigem atenção e cuidados especiais por estarem diretamente relacionados à produtividade, desempenho e imagem tanto interna como externa da empresa.

A KPMG entende, que estas práticas trabalhando em conjunto, fornecem uma vasta gama de serviços profissionais que, certamente, endereçam cada necessidade dos seus clientes, independentemente do local ou segmento de indústria que o cliente atua. Cada negócio no mundo de hoje, seja ele pequeno ou grande, é parte de uma economia globalizada, e a KPMG com os seus nove escritórios no Brasil – 1000 funcionários, aliados a uma rede global presente em aproximadamente 148 países, auxilia os seus clientes com qualidade e competitividade.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MAIORES INFORMAÇÕES

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS COTISTAS

A divulgação de qualquer informação relevante para os condôminos será realizada por meio

de correspondência, fax, correio eletrônico ou pelo jornal “Diário Mercantil”.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Ao adquirir cotas do FUNDO o investidor receberá uma cópia do Regulamento, deste prospecto, da Súmula da Agência Classificadora de Risco e demais documentos utilizados na

sua divulgação, **os quais deverão ser lidos com a máxima atenção.**

ATENDIMENTO A QUOTISTAS E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES

Mellon Serviços Financeiros

Endereço: Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301,

Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Simone Rosa

e-mail: simone@mellonbrasil.com.br

Home Page: <http://www.mellonbrasil.com.br>

Tel: (21) 3861-2000 Fax: (21) 3861-2001

Agência do Administrador

Endereço: Rua da Assembléia, nº 100, 17º andar,

Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Simone Rosa

e-mail: simone@mellonbrasil.com.br

Home Page: <http://www.mellonbrasil.com.br>

Tel: (21) 3861-2000 Fax: (21) 3861-2001

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços acima citados, onde as mesmas poderão ser solicitadas.

O Administrador mantém serviço de atendimento ao quotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Quotistas, nas referidas dependências.